

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº609
de 24 de março a
07 de abril de 2021
Ano 23

R\$2



(11) 9.4101-1917



PSTU Nacional



www.pstu.org.br



@pstu



Portal do PSTU



@pstu_oficial



300 MIL MORTOS

GENOCIDA

**>> VACINAÇÃO PARA TODOS JÁ! >> LOCKDOWN POR 30 DIAS!
AUXÍLIO EMERGENCIAL DE R\$ 600! >> ESTABILIDADE NO EMPREGO
COM MANUTENÇÃO DE SALÁRIOS! >> QUEBRAR PATENTES!**

FORA BOLSONARO E MOURÃO !



PDF INTERATIVO

- CLIQUE NO QR CODE >



DAS MATÉRIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE

CHARGE



“ É uma situação até confortável ”

Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, sobre a situação da pandemia no Brasil, em entrevista a Globo News (17/03)



FRAUDE

Bolsonaro tenta esconder mortes por Covid

Bolsonaro tentou esconder o número de mortes por Covid no Brasil. O Ministério da Saúde passou a exigir informações como CPF, número do cartão nacional do SUS (CNS) e a nacionalidade de pacientes com Covid-19, o que fez o número de registro de óbitos despencar no estado de São Paulo. Como é o epicentro da pandemia no país, com maior número de casos e de óbito, essa alteração afeta os dados de todo o país. No dia 23 de março, o número de mortes registrado em São Paulo chegou a 1.021. No dia seguinte, com o novo critério, ele despencou para



281. Trata-se de uma tentativa de fraude comandada por Bolsonaro, que tenta esconder a pilha de corpos causada por sua política genocida.

Mas não funcionou. Pressionado pelas secretarias estaduais de saúde, o Ministério voltou atrás da decisão. Mas até quando?

DONDOCA

Esposa de Dória ataca padre

Nem a mais mera caridade cristã é tolerada pela nojenta burguesia brasileira. Uma prova disso nos foi oferecida por Bia Dória, esposa de João Dória, governador de São Paulo. Em entrevista ao Universo, a primeira-dama foi questionada se o número de abrigos para a população carente era suficiente. Em sua resposta, ela disse: “Tem abrigos para todos e são bons. O orçamento que o estado de São Paulo passa para as ONGs daria para construir não sei quantos prédios por mês, mas ninguém pode mexer nelas, senão todo mundo começa a gritar. Tira um prato de comida do padre Júlio Lancellotti para ver como ele grita. Agora, pergunta quantas pessoas ele tira da rua?”.



Em resposta, Padre Júlio falou: “Eu vou gritar todas as vezes que tirem o prato de comida” da população mais vulnerável. “Eu perguntaria com todo respeito à senhora Bia Dória: quantos empregos a senhora oferece? Quantas casas estão disponíveis pelo estado para locação social? Quantas mu-

lheres com crianças têm local para ficar e recebem proteção social?”, continuou. “Nós trabalhamos convivendo com eles para que eles tenham força e coragem para superar a miséria que vivem”, disse. “Eu não tiro ninguém da rua. As pessoas é que saem da rua”, completou o religioso.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opinio@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Genocida

No dia 23 de março, Bolsonaro fez um pronunciamento em rede nacional de rádio e TV, onde mentiu descaradamente. Disse que o governo sempre foi a favor da vacina e que sempre trabalhou contra a pandemia. O som das panelas mostrou que a população não engole mais esse absurdo.

Desde o início, o presidente não fez outra coisa senão sabotar qualquer medida mínima que fosse útil para combater o coronavírus. Das vacinas às poucas medidas de distanciamento social. Há poucos dias, entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as medidas de distanciamento social nos estados. Mais do que isso, avisou que o “seu” Exército não iria permitir “lockdown” e, ainda, ameaçou com Estado de Sítio.

O resultado de sua política genocida é o completo colapso da saúde, com cenas aterradoras, como a de uma multidão rezando, de joelhos, em frente a um hospital em Santa Catarina; gente morrendo na fila das UTIs; ou, ainda, pacientes intubados, acordando por falta de sedativos.

Não se trata apenas de omissão ou incompetência. Como revelado por um levantamento da Conectas/USP, o governo Bolsonaro agiu de forma deliberada para espalhar o vírus, a fim de atingir a “imunidade de rebanho”. Sua preocupação em não tocar nos lucros dos banqueiros e grandes empresários, e com vistas às eleições, o fez transformar o Brasil num grande cemitério a céu aberto. O nome disso é genocídio.

A HIPOCRISIA DOS GOVERNADORES E DO EMPRESARIADO

O recrudescimento da pandemia e a queda na popularidade obrigaram Bolsonaro a tentar dar um cavalo-de-pau no seu discurso negacionista em relação à vacina. Por outro lado, governadores e boa par-



te da burguesia subiram o tom. Não porque estejam, de fato, preocupados com a escalada de mortos; mas pelo simples fato de que nenhum país funciona com a Saúde em colapso, enterrando 3 ou 4 mil pessoas diariamente. Situação que coloca em risco o lucro e os interesses da burguesia.

Essa postura, no entanto, explicita a hipocrisia da burguesia. Ao mesmo tempo em que critica a política desastrosa de Bolsonaro em relação à pandemia, continua sustentando esse governo. Para ela, o que importa é aprovar mais reformas, como a Reforma Administrativa, uma nova rodada de Reforma Trabalhista e mais ajuste fiscal. Enfim, continuar jogando os efeitos da crise nas costas dos trabalhadores. Mas com medidas muito mínimas, como o auxílio de fome, para tentar evitar uma explosão social.

Os governadores, por sua vez, bradam contra o Governo Federal, mas impõem medidas insuficientes nos estados, para não ir contra os interesses daqueles que lhes financiam: os grandes empresários, o grande comércio e os banqueiros. Já o

Centrão também continua sendo fiador desse governo. Votou a favor do auxílio-emergencial de fome (de R\$ 150 a R\$ 375) que, na prática, é para que não haja “lockdown”. E, ainda, acelerou, na Câmara, uma lei “antiterrorismo” cujo único objetivo é o de facilitar a repressão contra manifestações e o movimento.

LOCKDOWN COM AUXÍLIO, E VACINA PARA TODOS JÁ!

Enquanto fechávamos esta edição, ocorriam protestos em todo o país contra o governo. O dia 24 de março, “Dia Nacional de Luta pelo Fora Bolsonaro”, contou com paralisação de motoristas em várias partes do país e mobilizações em fábricas, obras e ocupações. A indignação é crescente. É preciso avançar na organização, rumo a uma greve sanitária, paralisando todos os setores não-essenciais, a fim de exigir vacinação já, auxílio emergencial de R\$ 600 (deveria ser, pelo menos, de um salário mínimo), licença remunerada, estabilidade no emprego e auxílio aos pequenos negócios, para que se possa ter uma quarentena geral de fato.

Para viabilizar a vacinação em massa, precisamos exigir, ainda, a quebra imediata das patentes, com a reconversão das fábricas para a sua produção. O país conta com 30 fábricas de vacina para gado que poderiam ser adaptadas. Da mesma forma que setores da indústria poderiam ser reconvertidos para a produção de oxigênio hospitalar, máscaras N95 (PFF2) e demais insumos. Porém, Bolsonaro, os governadores e a classe dominante continuam mais preocupados com seus lucros do que com a vida dos trabalhadores e da população.

FORA BOLSONARO E MOURÃO! DEFENDER AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Botar para fora Bolsonaro e Mourão é pré-condição para pararmos a matança. O povo paraguaio é o exemplo do que deveríamos fazer, saindo às ruas para botar abaixo um governo corrupto e omissivo quanto à pandemia.

É necessário, ainda, defender as liberdades democráticas contra as ameaças do governo (que contam com a cumplicidade de setores da Justiça e da

Polícia), assim como impedir o uso da Lei de Segurança Nacional, esse entulho da ditadura, usada para perseguir opositores e tolher a liberdade de expressão. É urgente, também, barrar a lei anti-terrorismo recém apresentada.

A alternativa a Bolsonaro, por outro lado, não pode ser a continuidade dessa mesma política econômica do empresariado e do Congresso Nacional. Nem Paulo Guedes nem Rodrigo Maia ou o PSDB. Nem o projeto de Lula e do PT de uma nova frente com a burguesia, algo que já vimos no que deu.

ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

Para além disso, é necessário apontar uma perspectiva para a classe trabalhadora e a população, de superação desse sistema que só nos leva à morte, ao desemprego e à miséria. É preciso construir uma alternativa socialista e revolucionária, que defenda um governo socialista dos trabalhadores, baseado em conselhos populares.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://PSTU.ML/TB427](https://pstu.ml/TB427)

DEBATE

Sobre a anulação do julgamento de Lula



DA REDAÇÃO

A recente decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, anulando as condenações de Lula na Lava Jato permite, por hora, que o ex-presidente se candidate em 2022.

A repentina medida tomada pelo ministro, ao que tudo indica, se deu para evitar que se avançasse o processo de suspeição do ex-juiz Sérgio Moro, o que anularia não só a condenação de Lula, mas toda a Lava Jato. Mas não deu muito certo, pois já no dia seguinte o também ministro Gilmar Mendes retomou o julgamento contra o ex-juiz, parado desde dezembro de 2018. Um pedido de vistas do recém-nomeado ministro por Bolsonaro, Kássio Nunes Marques, paralisou de novo a votação, que terminou empatada, com a indicação da formação de uma nova maioria contra Moro.

A SELETIVIDADE E CORRUPÇÃO DA LAVA JATO

Em junho de 2019, o site The Intercept publicou o escândalo da “Vaza Jato”, o vazamento de inúmeras mensagens trocadas entre

o então juiz Sérgio Moro e procuradores da força-tarefa encabeçada por Deltan Dallagnol. Revelou-se não apenas uma ação coordenada para condenar Lula, mas para se beneficiar política e financeiramente e, inclusive, proteger corruptos. Ou, como eles mesmos definiam, pegar os 30% dos corruptos e livrar a cara dos outros 70%.

A bandeira do combate à corrupção, uma reivindicação democrática apoiada massivamente pela população, foi utilizada pelos principais nomes da Lava Jato, com Moro à frente, para disputa política, ascensão pessoal e, inclusive, fins financeiros. Dallagnol faturou ao menos R\$ 580 mil com “palestras” país afora, enquanto Moro, já fora do governo Bolsonaro, se tornou sócio de uma consultoria norte-americana que trata do processo de recuperação da Odebrecht, um negócio que já faturou R\$ 17,6 milhões.

A trajetória do ex-juiz, aliás, expõe a sua real intenção desde o início. Em plena eleição, Moro tira Lula da jogada, é nomeado ministro da Justiça num governo envolvido em tramoias, defensor da ditadura e da tortura, e lá

faz vistas grossas aos escândalos de corrupção que vão surgindo, como o laranjal do PSL, o aparelhamento do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Só deixa o governo quando ficou evidente que não seria nomeado para o STF.

Os fatos trazidos à tona pelo Intercept e reforçados pela Operação Spoofing nada dizem sobre a inocência de Lula, mas mostram que esse julgamento esteve muito longe de ser imparcial e, por isso, Lula, como qualquer pessoa, tem o direito a um novo julgamento.

O PSTU, desde o início, se colocou a favor da prisão de todos os corruptos e corruptores, além do confisco de seus bens e da expropriação e estatização das empresas, colocando-as sob o controle dos trabalhadores. Reforçando ainda que não se deve depositar nenhuma confiança nessa justiça burguesa.

OUTRO LADO DA MOEDA: IMPUNIDADE E HIPOCRISIA

Os setores burgueses, e inclusive os militares, são hipócritas em comemorar a prisão de Lula e apontar o PT como o responsável por toda a corrupção no Brasil. Mas é igualmente hipócrita o PT



Lula e o banqueiro Henrique Meirelles que foi presidente do Banco Central no seu governo

se colocar como perseguido pela burguesia sem dizer que, quando esteve no governo, só defendia os interesses dela. Ou se fazer de vítima, como se existisse mera perseguição política porque esse teria “defendido os pobres contra o mercado”, o que evidentemente é uma mentira.

Uma geração inteira de trabalhadores e trabalhadoras se envolveu na construção do PT e carregou a esperança de construção de uma nova sociedade. Mas a direção do PT traiu esse sonho há muitos anos, ao resolver governar nesse sistema que está aí, junto com a burguesia e para a burguesia. Não fez outra coisa durante muito tempo que não fosse governar para os de cima, junto com corruptos e corruptores, e promover enganação para os de baixo.

UMA HISTÓRIA MAL CONTADA

Não houve uma persegui-

ção a um governo que supostamente defendia os trabalhadores, mas uma disputa entre dois campos burgueses no marco de uma profunda crise na democracia burguesa. Junho de 2013 foi expressão da crise capitalista e do descontentamento com o governo social-liberal do PT. Por isso, é uma história muito mal contada a tese do “golpe” em 2016.

Com o aprofundamento da crise, o então governo Dilma cometeu um estelionato eleitoral contra a classe trabalhadora a fim de aplicar um duro ajuste fiscal, ataques aos direitos e privatizações. Com isso, sua base social virou pó, incapaz de segurar um governo em frangalhos.

A eleição de Bolsonaro se deu, assim, num contexto de crise capitalista, longa decadência e desindustrialização do Brasil, produto da política de recolonização exigida pelo imperialismo e levada a cabo por sucessivos governos, inclusive os do PT.

Quando o PT e a direção do PSOL, assim como grande parte da esquerda, abandonam uma análise, um discurso e uma atuação de classe, contando uma história enviesada, como parte de um campo burguês supostamente progressista, abrem mão de organizar de forma independente a classe trabalhadora. Como nos ensina a história, isso abre caminho para alternativas como Bolsonaro.



Marcelo Crivella (Republicanos), Sérgio Cabral (PMDB), Dilma e Lindhberg Farias (PT)

LEIA NO SITE:
[HTTPS://PSTU.ML/OGIV3](https://pstu.ml/ogiv3)

DEBATE

Lula quer mais do que antes governar para a burguesia e o imperialismo



DA REDAÇÃO

O discurso de Lula na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC foi o lançamento de sua candidatura para 2022. O que o ex-presidente aponta é a reedição de uma velha receita que já vimos no que deu: uma frente ampla com a direita e um governo de colaboração de classes.

Mais do que isso, em piores circunstâncias, vai ainda mais à direita, propondo-se a ser um governo de “união nacional”, ou de unir toda a burguesia (e as demais classes atrás dela) em torno de um só projeto: salvá-la e ao seu sistema da crise, o que se faz jogando-a nas costas da classe trabalhadora. “Vejo muita gente falar em frente ampla, com PCdoB, PT, PSOL, PSB... É uma frente de esquerda, não tem nada de ampla. Isso a gente faz desde 1989; frente ampla é se a gente tiver a capacidade de conversar com outras forças que não estão no espectro da esquerda”, discursou.

Nesse mesmo sentido, Lula reivindicou seu vice, o então empresário da Coteminas, José Alencar. “Quando

eu fui candidato em 2002 tive como vice o companheiro Zé Alencar, que era do MDB, depois PL. Foi a primeira vez que se fez uma aliança entre capital e trabalho e, sinceramente, acho que foi o momento mais promissor da história do país”, disse.

O ex-presidente se coloca, assim, à disposição da burguesia para, uma vez no governo, seguir aplicando o seu programa. Quer dizer, dar continuidade ao processo de recolonização do Brasil, cuja marcha seguiu nos governos FHC, do PT, Temer e agora o fim de feira com Bolsonaro e Paulo Guedes. Por isso que reivindica Biden e cogita ter como vice a dona da Magazine Luíza, Luiza Trajano, o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD), o ex-ministro do governo Bolsonaro, general Santos Cruz, ou qualquer expoente do andar de cima.

QUEM GANHA COM ESSA POLÍTICA?

Um governo de colaboração de classes é um governo para a burguesia, que engana os trabalhadores, como



mostraram os 14 anos de governo do PT. Mas que serve aos banqueiros que tiveram lucros recordes, ao agronegócio e aos grandes empresários e multinacionais.

A conjuntura internacional de crescimento econômico e alta das commodities permitiu a Lula fazer poucas e pequenas concessões, migalhas perto do que ganhou a classe dominante. Não mudou um centímetro dos problemas estruturais do Brasil, pelo contrário, a desigualdade se manteve. O país que se gabava de ser a 8ª economia do mundo continuava a ter mais da metade de seu povo sem sequer saneamento básico.

O projeto requeitado por Lula, porém, se dá agora num momento totalmente diferente, em que a crise é ainda maior, potencializada pela crise capitalista mundial e pela pandemia, sem espaço até para as migalhas. Pelo

contrário, a burguesia e o imperialismo exigem um grau de exploração da classe e de entrega do Brasil muito superior.

Se a primeira tarefa colocada para a classe trabalhadora é botar para fora Bolsonaro, e para isso devemos fazer unidade de ação com todos que estiverem dispostos, isso não pode ser confundido com abrir mão de um projeto da classe. Mesmo para fazer unidade de ação com setores da burguesia para afastar Bolsonaro e suas ameaças autoritárias, como fizemos nas Diretas Já, precisamos da classe trabalhadora organizada de forma independente, ainda mais quando se trata de apresentar um projeto de Estado e de governo.

ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA

É preciso construir um projeto da classe trabalha-

dora para o Brasil. Uma alternativa diferente da levantada pelo PT e pela maioria do PSOL, que defendem um projeto capitalista nos marcos da recolonização do país. Precisamos de um programa que garanta pleno emprego, saúde e educação pública e gratuita, saneamento básico para todos e moradia, que revogue todas reformas neoliberais e privatizações. Assim como um país sem racismo, que acabe com o encarceramento em massa e o genocídio da juventude negra, com o machismo e a LGBTfobia. Para isso, é preciso mudar o sistema. O Brasil precisa de um governo socialista, no qual os trabalhadores governem contra a burguesia, através de conselhos populares.

FRENTE AMPLA

PSOL e o barco furado da conciliação

A entrada de Lula no jogo eleitoral vem provocando uma forte pressão nos setores da direção do PSOL para embarcarem na frente ampla do PT. O deputado federal Marcelo Freixo é um dos mais ardorosos defensores do apoio ao PT já no primeiro turno, num acordo em que teria seu nome ao Governo do Rio, de preferência numa “frente amplíssima”. O embarque oficial de Boulos e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) como corrente interna do PSOL também fortalecem esse bloco.

É mais um passo que reforça a vocação de um partido eleitoral e nos limites da ordem estabelecida, apontando para a conformação de um governo de colaboração de classes junto com o PT e setores da burguesia. A experiência do Podemos, na Espanha, formando governo com o PSOE, e do Bloco de Esquerda, em Portugal, formando a Geringonça, governando com o PS, mostram que esse tipo de governo serve apenas para manter o status quo capitalista, enfraquecer e desmoralizar a classe trabalhadora.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://PSTU.ML/1BSBM](https://pstu.ml/1BSBM)

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Um entulho ditatorial nas mãos de um genocida



WILSON HONÓRIO DA SILVA,
DA SECRETARIA NACIONAL
DE FORMAÇÃO DO PSTU

Na quinta-feira, 18 de março, cinco militantes petistas foram presos pela Polícia Federal de Brasília, por terem aberto uma faixa que, reproduzindo uma charge publicada pelo cartunista Aroeira, em junho de 2020, associava a postura genocida do presidente Bolsonaro diante da pandemia ao símbolo do nazismo. Qua-

tro deles foram liberados no dia seguinte (o quinto continuou detido, devido a um processo anterior).

As prisões e o cerceamento da liberdade de expressão já são evidentes e inaceitáveis exemplos de arbitrariedade e autoritarismo. Contudo, há algo ainda pior por trás do episódio: elas se basearam na Lei de Segurança Nacional (LSN), uma das piores “heranças” da Ditadura Militar (1964-1985), quando foi usada para



perseguir, prender, torturar e matar, impunemente, quem lhe fizesse oposição.

E isto está longe de ser um caso isolado. Discursos e ameaças têm crescido na proporção inversa da visível queda de popularidade do presidente, apontada em todas as pesquisas mais recentes. Coisas que, de forma alguma, podem ser menosprezadas.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://PSTU.ML/OS968](https://pstu.ml/os968)

ACUADO

Popularidade despenca e ameaças de autoritarismo aumentam

Bolsonaro ainda tem algo entre 25% e 30% de apoiadores, contudo, apenas cerca de 15% deles são considerados seu “núcleo duro” – negacionistas, que compactuam cegamente com sua postura criminosa diante da pandemia, fundamentalistas e saudosistas do regime militar. É exatamente para esta última parcela que ele acena quando

encarna, sem máscaras, sua versão mais autoritária.

E os acenos não têm sido poucos nem sutis. Dias antes das prisões em Brasília, Carlos Bolsonaro, vereador carioca e filho “Zero Dois”, havia tentado enquadrar o youtuber Felipe Neto na mesma lei e pelo mesmo motivo. Em janeiro, o ministro da Justiça e Seguran-

ça Pública, André Mendonça, também acionou a LSN contra o advogado Marcelo Feller (que defendeu, em um programa da CNN, que o presidente era parcialmente responsável pelas mortes por Covid-19), repetindo o que já havia feito contra o escritor Ruy Castro e os jornalistas Ricardo Noblat e Hélio Schwartsman.

Pouco depois, a Controladoria-Geral da União quis silenciar professores da Universidade Federal de Pelotas, tentando fazê-los assinar um “termo de compromisso” que os impediria de criticar o governo. Mais recentemente, houve, ainda, o ataque orquestrado pelo “gabinete do ódio” contra a médica Ludhmila Ha-

jjar (convidada para assumir o Ministério da Saúde) e a prisão, também em base a LSN, de um jovem em Uberlândia (MG), em função de uma postagem no Facebook.

À lista, podem ser agregados, ainda, ameaças e processos movidos contra um número crescente de jornalistas, artistas e ativistas, país afora.

ENTULHO AUTORITÁRIO

Varrer a LSN para o lixo da História

No centro destes ataques autoritários está o recurso à funesta Lei de Segurança Nacional. Segundo um levantamento publicado pelo “O Estado de S. Paulo”, somente nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, a Polícia Federal acionou a LSN para abrir 76 processos, um índice 285% maior do que em 2015 e 2016. A prática se tornou tão corriqueira que a Defensoria Pública da União (DPU) e um grupo de advogados acionaram, no dia 19 de março, o Supremo Tribunal Federal (STF), com um pedi-

do para que sejam encerrados todos e quaisquer inquéritos e ações penais instaurados com base a LSN.

Contudo, isto é pouco. E nem mesmo o fato de que a lei foi usada para acusar o deputado Daniel Silveira, por ter xingado os juízes do STF, pode ou deve ser usada em sua defesa. Silveira tem que ser preso por incitar e atuar, concretamente, em defesa da implantação de uma ditadura que liquide com todas as liberdades democráticas.

Ou seja, Silveira merecia estar atrás das grades, acima de

tudo, por defender a essência da LSN, utilizada há décadas como um instrumento contra o povo, a classe trabalhadora e todos aqueles e aquelas que lutam.

Sua primeira versão foi criada no início da ditadura de Getúlio Vargas, em 1935, para combater “crimes contra a ordem pública”. Em 1969, foi reeditada como uma “lei antiterror”, na esteira do famigerado Ato Institucional nº 5, e novas versões surgiram em momentos chaves: em 1978, quando a luta contra a Anistia tomava as ruas e o país estava às vés-

peras do movimento grevista que marcaria o começo do fim da Ditadura; e em 1983, quando explodiu o movimento “Diretas, Já!”.

Desde então, houve várias tentativas de derrubar a LSN, mas todas elas fracassaram em função da covardia dos chamados governos democráticos em tudo que se refere a saldar as contas com o regime militar. Uma situação particularmente vergonhosa no que se refere à história do PT, que teve muitos dos seus enquadrados pela LSN, inclusive Lula.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade chegou a recomendar a revogação da lei, mas a ideia nunca seguiu adiante.

É por isso que, da mesma forma que torturadores e agentes da repressão continuam soltos e impunes, Bolsonaro e seu governo têm as mãos livres para utilizarem a LSN como forma de intimidação e ameaça contra aqueles que, em número crescente, exigem sua saída. E, por isso, também, que derrubar esta lei é parte importante da luta contra um governo já inquestionavelmente genocida.

GENOCIDA E LADRÃO

Investigação aponta participação de Bolsonaro no esquema das “rachadinhas”



DA REDAÇÃO

Na semana passada, o senador Flávio Bolsonaro virou centro dos noticiários mais uma vez ao comprar uma mansão de 2,4 mil metros quadrados, no valor de R\$ 5,97 milhões, em área nobre de Brasília. Num país tão desigual como o Brasil, o fato teria passado despercebido se o parlamentar não fosse filho do presidente genocida e não estivesse sendo investigado por corrupção.

“Chamam ele de genocida, machista, racista, homofóbico, pois não podem chamá-lo de ladrão”. Era assim que os setores bolsonaristas mais convictos defendiam seu líder. Pois bem, agora se pode dizer, com todas as evidências, que, além de tudo isso, Bolsonaro é também ladrão.

Isso porque uma investigação do Ministério Público

(MP), que se debruçou sobre a tal prática das “rachadinhas”, um nome muito simpático para o velho crime de peculato (ou seja, o roubo puro e simples do dinheiro público), revelou que a prática ilegal não se restringia apenas ao hoje senador Flávio Bolsonaro, mas também envolvia seu irmão, Carlos Bolsonaro, e o chefe do clã, Jair Bolsonaro.

Apesar de todos os reveses da justiça, o MP descobriu que algo como R\$ 6 milhões haviam sido desviados das contas dos funcionários do gabinete de Flávio, o 01, então deputado estadual do Rio de Janeiro, para sua própria conta bancária. Coincidência ou não, é o exato valor da mansão, na área nobre de Brasília, que o político acabou de comprar.

Mesmo que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tenha proibido a utilização da quebra do



LEIA NO SITE:
[HTTPS://PSTU.ML/JDOD4](https://pstu.ml/jdod4)

Ex-mulher de Bolsonaro ficou com salário de assessores

sigilo fiscal e bancário nas investigações, os dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) mostram um troca-troca de funcionários entre os gabinetes da família e a “rachadinha” em todos eles.

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

A principal evidência dessa verdadeira organização criminosa veio da ex-cunhada de Jair

Bolsonaro, Andrea Siqueira Valle, que constava na folha de pagamento do gabinete do então deputado federal, entre 1998 e 2006. Ao sair do emprego, Andrea viu sua conta bancária ser completamente drenada pela ex-mulher de Bolsonaro, Ana Cristina, a quem o agora presidente pagava pensão. Foram R\$ 54 mil, mais de R\$ 100 mil em valores atualizados.

Andrea, por sua vez, saiu do gabinete de Jair e foi direto para o de Flávio, antes de figurar na folha do gabinete de Carlos. Três “empregos”, mas uma coisa em comum, além do sobrenome Bolsonaro dos patrões: a maior parte de seu salário era sacado na boca do caixa tão logo ela recebia.

Foram identificados, ainda, pelo menos quatro assessores do gabinete do deputado federal Jair Bolsonaro, entre os anos de 2009 e 2017, que também, curiosamente, tinham essa estranha mania de sacar quase todo o salário no caixa. Sinal, claro, da “rachadinha” e de como os gabinetes da “família” atuavam juntos, como uma verdadeira organização criminosa, para roubar dinheiro público.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://PSTU.ML/JDOD4](https://pstu.ml/jdod4)

CINISMO

Mais um golpe contra o discurso hipócrita anti-corrupção



Daqui a pouco vai fazer um ano que o então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, desembarcava do governo Bolsonaro. O entreviro entre Moro e o presidente teve como ápice a disputa sobre o comando da Polícia Federal no Rio.

Além dos inquéritos sobre atos pró-ditadura e sobre as fakenews, as investigações

sobre Flávio Bolsonaro também tiravam o sono do genocida. Agora, fica mais aparente que toda a movimentação que Jair Bolsonaro fez esse tempo todo não foi só para salvar os filhos, mas principalmente a própria pele.

Ele não só trocou o comando da PF no estado, como transferiu o Coaf para o Banco Central. O governo ainda botou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) sob o comando do General Heleno, para municiar a defesa do 01 contra os servidores do órgão que descobriram as tramoias nos gabinetes da família.

O desespero de Bolsonaro com o avanço das investiga-

ções culminou na aliança com o Centrão e, recentemente, na eleição de Arthur Lira para o comando da Câmara. Uma figura que coleciona uma capivara gigantesca, incluindo uma condenação no STF por corrupção.

Se, antes, o discurso anti-corrupção já parecia falso e hipócrita; agora, só parece cínico. A própria nomeação de Moro ao cargo, que serviria para dar um verniz ético ao governo, diz muito. Tanto de um, o governo abarrotado de corruptos; quanto de outro, um ex-juiz parcial, que atuou para perseguir um adversário político de Bolsonaro na mesma medida que salvou banqueiros e políticos como os tucanos.

FAMÍLIA



A República milicianiana

O escândalo das “rachadinhas” é apenas a ponta do iceberg de algo muito maior que o desvio dos salários de servidores dos gabinetes. E uma indicação disso foi a morte mais do que suspeita do ex-PM do Bope Adriano Magalhães da Nóbrega, miliciano foragido, morto pela polícia na Bahia, em fevereiro do ano passado.

A ligação de Nóbrega, que operava uma rede serviços controlados pela milícia, no Rio, e a família Bolsonaro são gritantes. Sua mãe e a ex-mulher eram contratadas pelo gabinete de Flávio. Contato próximo de Queiroz, o

miliciano repassou ao faz-tudo da família R\$ 80 mil, em dinheiro vivo, para pagar uma recente internação no Albert Einstein para tratar um câncer. Dias após sua morte, Bolsonaro o chamou de “um herói”.

Uma perícia particular, pedida pela família de Nóbrega, apontou execução e tortura, numa clara evidência de queima de arquivo. O caso pode jogar luz sobre um dos pilares para a ascensão política e financeira do clã Bolsonaro nos últimos anos, baseada na associação com as milícias e seus negócios.

PANDEMIA

Brasil afunda no colapso enquanto Bolsonaro mente sobre vacinas e combate isolamento social



DA REDAÇÃO

Com 300 mil mortes na pandemia (oficialmente), o Brasil vai se transformando num imenso cemitério. São quase 3 mil mortes diárias, mas o número certamente vai aumentar. A maior parte desses registros se refere a óbitos de 30 ou 15 dias atrás. Além disso, o Brasil chegou ao pico mais mortal da pandemia em pleno verão, sendo que o período de maior contágio de doenças respiratórias é o inverno.

O sistema de saúde colapsou. Faltam leitos de UTIs em todo o país. Mas isso é apenas o começo. Vão faltar mais medicamentos, tubos de oxigênio, lugares refrigerados para armazenar corpos e possivelmente haverá um colapso nos cemitérios. Sobrecarregados de corpos, os cemitérios podem desatar outros problemas sanitários, como a contaminação do solo e do lençol freático, alerta o médico cientista Miguel Nicolelis.

“Se o sistema de saúde brasileiro colapsar como um todo, as pessoas não vão ter para onde ir, vão começar a morrer nas suas casas, nas ruas, na porta dos hospitais. E aí o Brasil vai ter um colapso funerário, onde você não dá conta dos óbitos do país, não consegue manejar o volume de ví-



Em Teresina, um paciente morre recebendo atendimento no chão da UPA, por conta da falta de leitos para internação. O homem faleceu de Covid pois necessitava de ventilação e um leito para intubação.

timas. Começa a ter infecções secundárias, contaminação de alimentos e do lençol freático. Você perde o controle do país”, alerta.

Hoje já nos deparamos com a falta de medicamentos que auxiliam a intubação dos pacientes. O resultado será o aumento no número de mortes. O mais absurdo é que mesmo isso poderia ter sido evitado. Mas o Ministério da Saúde cancelou, em agosto de 2020, uma compra internacional de medicamentos para o chamado kit intubação, aponta um ofício do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Para falar bem claro: qualquer pessoa neste país que precisar ser internada em uma UTI, seja por Covid-19, por acidente de carro ou uma perna quebrada, vai morrer pela falta de leitos e insumos.

POR QUE A VACINAÇÃO É LENTA?

A maioria dos brasileiros percebe que a vacinação está devagar. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, 76% da população afirma que a imunização segue em ritmo mais lento do que deveria. Até o fechamento desta edição, o Brasil vacinou pouco mais de 14 milhões de pessoas, o que repre-

senta menos de uma semana da vacinação realizada atualmente nos Estados Unidos. Se tivéssemos vacinas, a campanha de imunização aqui seria mais rápida do que lá. Graças ao SUS, o país tornou-se uma referência mundial no que se refere a vacinação, com capacidade de imunizar até 3 milhões de pessoas por dia.

Mas a vacinação é lenta no Brasil porque Bolsonaro simplesmente se recusou a comprar vacinas (leia ao lado). A verdade é que o governo só gastou 9% da verba emergencial liberada para vacinas contra a Covid-19.

Um relatório anual do Departamento de Saúde dos Esta-

dos Unidos mostra que o imperialismo pediu no ano passado para o Brasil rejeitar a vacina russa Sputnik V. O Brasil obedeceu cegamente à ordem, tamanho o servilismo alucinado de Bolsonaro ao ex-presidente Donald Trump. Assim, ficamos sem a vacina e sequer recebemos uma única dose das vacinas que sobram nos EUA.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, fala em união pra combater o vírus, ao mesmo tempo em que se nega a autorizar a CPI da pandemia. Já Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, engaveta os pedidos de impeachment e autoriza uma comissão para discutir uma lei “antiterrorismo” pra usá-la contra a população, caso ela se revolte como fizeram os paraguaios.

A pressão de distintos setores da burguesia, de empresários a banqueiros, passando pelos governadores e o “centrão” no Congresso, levou Bolsonaro a substituir Pazuello por Marcelo Queiroga no Ministério da Saúde. Mas nada vai mudar, e o próprio Queiroga fala em “continuismo”. Isso significa a manutenção dessa política genocida que vai levar o país a somar mais de 400 mil mortes até o Dia das Mães. Com o novo fantoche Queiroga, o genocida Bolsonaro nos levará às profundezas do vale da morte.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://PSTU.ML/QJC10](https://pstu.ml/qjc10)

A PANDEMIA NO BRASIL



“Parece que só no Brasil morre gente.”

Frase de Bolsonaro no último dia 22 de março



Três a cada quatro mortes no Brasil pela Covid-19 poderiam ter sido evitadas, não fosse o governo federal.*



Uma a cada quatro pessoas que morrem da doença no mundo é brasileira.



No Brasil, registram-se 11 mortes por milhão de habitantes e 355 casos por milhão.

Fonte: * Dados do epidemiologista Pedro Hallal, ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

SAIBA MAIS

5 motivos para chamar Bolsonaro de genocida

Nenhuma guerra, nenhuma catástrofe ou doença matou tantos brasileiros quanto a Covid-19, chamada de “gripezinha” por Bolsonaro. O seu governo é o principal responsável por essa tragédia. E agora ele tenta calar, reprimir e prender aqueles que o chamam de genocida.

1 - Ignorou vacinas

- Em julho de 2020, o governo recusou oferta de compra de 160 milhões de doses da Coronavac. Já em agosto, o governo recusou três ofertas feitas pela Pfizer para a compra de até 70 milhões de doses do imunizante.
- Em 10 de setembro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) convidou o Brasil para coalizão mundial pela vacina. O Brasil só aderiu à iniciativa meses depois; de início ficou de fora da ação mundial e não participou da primeira

- reunião. Com isso, também não recebeu as primeiras levas das vacinas distribuídas por meio do consórcio internacional.
- Em outubro, Bolsonaro desautorizou o então ministro Pazuello, rejeitando a compra de 45 milhões de doses da Coronavac até dezembro de 2020 e outros 15 milhões no primeiro trimestre de 2021.
- Em 20 de dezembro, Bolsonaro disse que a pandemia estava chegando ao fim e que “a pressa pela vacina não se justifica”.

- No dia 11 de janeiro, em meio ao colapso do sistema de saúde de Manaus, Pazuello ironizou a vacinação ao ser cobrado sobre prazos, dizendo que aconteceria “no dia D, na hora H”.
- Bolsonaro mente sobre a quantidade de vacinas no país. Em março, o governo já reduziu a previsão de distribuição quatro vezes. A princípio, seriam 46 milhões de doses até o fim do mês. Baixou para 22 milhões.

2 - Campanha contra vacinação

- Bolsonaro também fez inúmeras declarações contra a vacinação. Em entrevista à Band, ele declarou que não tomaria a vacina contra Covid-19. Pouco depois, voltou a dizer que não tomaria vacina e ironizou possíveis efeitos colaterais do imunizante produzido pela Pfizer, dizendo que pessoas poderiam virar “jacaré”.

- Bolsonaro também fez campanha contra a vacina chinesa Coronavac pelo Ministério da Saúde. “O povo brasileiro não será cobaia de ninguém”, disse o genocida.
- Sabe-se hoje que Trump, enquanto fazia campanha em prol da aglomeração social, havia sido vacinado, con-

- forme revelou um ex-assessor recentemente.
- Bolsonaro editou um decreto sobre o seu cartão de vacinação que mantém sigilo por 100 anos. Certamente, faz a mesma coisa que Trump: fala contra a vacina, promove aglomeração, enquanto está vacinado.

3- Campanha da cloroquina

- Em maio de 2020, o Ministério da Saúde, sob o comando de Pazuello, determinou o uso de cloroquina para Covid-19.
- Em julho, o exército começou a produzir o medicamento, pagando 167% a mais pelo principal insumo da cloroquina.

- Em janeiro de 2021, num ofício encaminhado à Prefeitura de Manaus, o Ministério da Saúde pressionou para o uso de medicamentos sem eficácia, como cloroquina e ivermectina, em meio a crise da saúde e a falta de oxigênio.
- Em fevereiro deste ano, a Merck Sharp and Dohme, farmacêutica norte-americana que produz a ivermectina, divul-

- gou um comunicado em que afirma que não há base científica para comprovar a eficácia do medicamento no tratamento da Covid-19.
- A OMS já havia divulgando um comunicado dizendo o mesmo em outubro, enquanto Bolsonaro era fotografado oferecendo cloroquina a um avestruz no Palácio Alvorada, também não recomendado pela organização.

4 - Vetos no auxílio emergencial

- O governo propôs ao Congresso, em 2020, um auxílio emergencial de R\$ 200, mas o Congresso aumentou o valor para R\$ 600.
- Em maio, Bolsonaro decretou que construção civil, salões de beleza, barbearias, academias e serviços indus-

- triais em geral passariam a ser atividades essenciais que não poderiam ser interrompidas na quarentena.
- Bolsonaro vetou o auxílio emergencial de R\$ 600 a pescadores artesanais, taxistas, motoristas de aplicativo e de transporte escolar, entregadores de aplicativo, profissionais autônomos de

- educação física, ambulantes, feirantes, garçons, babás, manicures, cabeleiros e professores contratados que não recebiam salário.
- Em janeiro de 2021, terminou o pagamento do auxílio emergencial. O Congresso aprovou um novo, irrisório, a ser pago em abril. O valor médio do auxílio é R\$ 250 (38% de uma cesta básica).

5 - Campanha pela aglomeração e contra máscara

- Em sua militância em prol do vírus, Bolsonaro continua a promover aglomerações e faz discurso contra o lockdown. Seu argumento é que o fechamento vai provocar demissões e de-

- semprego. Mas seu governo não implementa nenhuma medida para assegurar emprego ou mesmo preservar os pequenos negócios da falência, como um auxílio financeiro e isenção de impostos.

- Mesmo medidas simples, como o uso de máscara e álcool em gel são combatidas pelo presidente genocida.

PROGRAMA

Quebrar as patentes para garantir vacinação em massa

Hoje não há vacinas na maior parte do mundo. Mas há exceções, como EUA e Canadá, que têm vacinas mais do que suficientes para toda sua população. O problema é que os grandes monopólios farmacêuticos têm a exclusividade sobre a fórmula, a produção e a comercialização de vacinas. É o que chamamos de patente.

Assim, as farmacêuticas aproveitam para ganhar muito dinheiro e impedem a produção em massa das vacinas, e um punhado de empresas farmacêuticas obtêm lucros fabulosos. A patente de qualquer vacina é a condenação de milhares de pessoas à morte.

É preciso quebrar as patentes e garantir a produção mas-

siva de vacinas. Estrutura para isso tem. Basta ver o Instituto Butantan e a Fiocruz. Além disso, é possível usar fábricas de vacinas de gado para produção de vacinas contra a Covid-19. São mais de 30 no Brasil.

Sem a exclusividade das farmacêuticas, o Brasil poderá usar o Butantan e a Fiocruz para isso. Junto com a capaci-

dade do SUS de vacinar 2 milhões de pessoas por dia, o Brasil poderia erradicar o vírus em quatro meses.

“Mas quebrar patentes é muito radical e vai trazer retaliações”, diriam alguns. Bobagem! Os governos anteriores do PSDB e do PT já fizeram isso no passado. Quebraram as patentes de medicamentos para o

HIV, o que permitiu a sua produção aqui no país e o seu barateamento.

Bolsonaro é contra a quebra de patentes porque é um capacho do imperialismo, por isso fez o Brasil votar contra a medida em reuniões da Organização Mundial do Comércio, juntamente com os EUA e a União Europeia.

LOCKDOWN É UMA EMERGÊNCIA

Quem promove desemprego é a pandemia e Bolsonaro



No Brasil, nunca houve lockdown de verdade. Nunca se pararam as grandes fábricas, as grandes lojas, com estabilidade no emprego e manutenção dos salários. Por aqui os trabalhadores são empurrados para o abate.

O resultado é o descontrole da pandemia. A contaminação dos trabalhadores nas montadoras da região do ABC é de 19%, ou seja, três vezes mais do que a média nacional. Só na Volkswagen são 1.560 infectados (18,3%

do total), com cinco mortos. A média de afastados por Covid-19 é de dez trabalhadores por dia. O número de internações na região dobrou em relação a dezembro: eram 897 e hoje são mais de 1.800 pessoas.

Em vários países, como Alemanha e Nova Zelândia, houve lockdown total, com garantia de auxílio financeiro para que pequenos negócios não quebrassem. Na China, por exemplo, o governo pagou um auxílio emergencial de R\$ 3 mil e

garantiu redução de impostos aos pequenos negócios. O resultado é que por lá o povo pode sair às ruas sem a obrigação de usar máscaras, o comércio já está reaberto e os shows reúnem uma multidão. Na Nova Zelândia, Austrália, entre outros países, também.

Bolsonaro diz que lockdown causaria o colapso da economia, levando empresas e comércio à bancarrota. Mas é uma óbvia tentativa de se safar da responsabilidade por garantir emprego e não deixar pequenos comércios irem à falência. Bolsonaro não quer gastar com algum auxílio emergencial digno nem oferecer ajuda aos pequenos comerciantes.

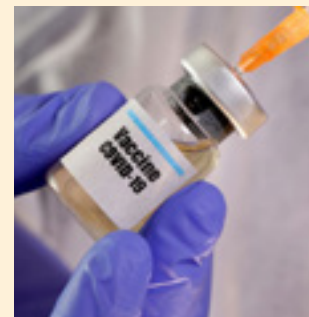
O descontrole total da pandemia, a circulação irrestrita do vírus que provoca novas mutações, mais infecciosas e mais mortais, produziu o colapso atu-

al. Assim, não há outra saída emergencial a não ser um lockdown nacional por, no mínimo, 30 dias para diminuir a circulação do vírus. Também é preciso realizar testes na população para controlar a propagação da doença. Até hoje milhares de testes de Covid-19 estão apodrecendo em galpões do Ministério da Saúde.

Bolsonaro nos jogou no colapso. Claro, também teve ajuda dos governadores, que decretaram medidas absolutamente insuficientes para combater a pandemia. O descontrole da pandemia joga o PIB lá para baixo e vai aumentar o desemprego e falências. Neste cenário, o Brasil poderá demorar anos para voltar ao normal e vai afundar mais na crise econômica; poderá se converter numa fábrica de vírus que escapem das vacinas e representem uma ameaça global.

PROGRAMA

Vacina para todos já! Fora Bolsonaro e Mourão!



Bolsonaro é o maior militante a favor do vírus. Seu governo de morte é um obstáculo para a vacinação. Só a luta e a mobilização botarão abaixo esse governo miliciano. Tirá-lo de lá é condição fundamental para enfrentar a pandemia e salvar vidas.

PROGRAMA

Lockdown de 30 dias e testagem em massa da população!

Para garantir uma quarentena para valer, é preciso auxílio emergencial de R\$ 600 no mínimo até o fim da pandemia para os trabalhadores e estabilidade no emprego, licença remunerada para os trabalhadores da indústria e do comércio etc.. Para os pequenos comerciantes ameaçados de falência, também é preciso um auxílio emergencial e suspensão de impostos e taxas.

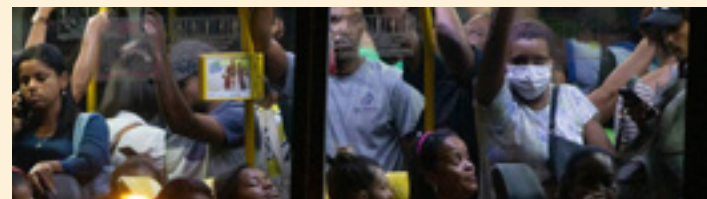
PROGRAMA

Suspender a dívida pública e taxar os bilionários

Metade do orçamento do governo vai para pagar os juros da dívida, remunerando meia dúzia de banqueiros. É preciso suspender seu pagamento e taxar os ricos que ficaram ainda mais ricos na pandemia.

PROGRAMA

Greve sanitária, em defesa da vida



Os trabalhadores não são bucha de canhão. Não aceitam cavar sua própria sepultura enquanto o país mergulha no colapso. Diante dessa situação, é necessário discutir, preparar e organizar uma greve sanitária nas fábricas e nas grandes lojas de varejo, possibilitando aos trabalhadores ficarem em casa e receberem seus salários sem redução. É preciso também unificar essas paralisações com as lutas pelo fora Bolsonaro e Mourão. Não é tarefa do sindicato propor redução de salários, ainda mais no momento em que o desemprego está dentro da casa dos trabalhadores, todas as famílias têm pelo menos um parente nessa situação.

150 ANOS DA COMUNA DE PARIS

Paris operária armada

As lições de uma página gloriosa do movimento operário



FRANCESCO RICCI, DO PARTITO DI ALTERNATIVA COMUNISTA (PDAC), SEÇÃO ITALIANA DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES (QUARTA-INTERNACIONAL).

Na noite de 17 para 18 de março de 1871, após serem enxotados para Belleville (bairro de Paris), os soldados do governo republicano de Adolphe Thiers, então presidente da França, buscaram retomar os 271 canhões e as 146 metralhadoras que a Guarda Nacional tinha instalado na colina de Montmartre, apontados para Paris. Mas, o proletariado – tendo na vanguarda os Comitês de Mulheres (dentre eles, o dirigido pela professora e poeta Louise Michel) – bloqueou o caminho e convidou os soldados a desobedecerem às ordens e a se levantarem contra seus generais.

Este foi o início da insurreição que, sob a direção do Comitê Central da Guarda Nacional,

ocupou todos os pontos centrais da cidade e se apoderou do Hotel de Ville, a sede do governo burguês, obrigando-o a fugir de Paris e se refugiar em Versalhes, a dez quilômetros da capital.

A PRIMEIRA ESTRUTURA DO TIPO “SOVIÉTICO” DA HISTÓRIA

A Guarda Nacional era uma velha instituição da Revolução de 1789-1794. Mas, se durante a primeira Revolução Francesa, foi essencialmente um instrumento da burguesia e, na Revolução de 1848, foi um dos instrumentos da contrarrevolução burguesa contra a primeira insurreição operária (em junho); em 1871, ela se havia se transformado em outra coisa.

Reconstituída, em 1870, sobre

novas bases, após a derrota de Napoleão III na guerra contra os prussianos de Bismarck (que abriu as portas para uma nova República, dirigida por um governo burguês), em 1871, a Guarda Nacional era uma milícia de operários.

Trezentos mil operários armados em Paris que constituíam, como escreveu Marx naqueles dias, o principal obstáculo para a burguesia. Um obstáculo à tentativa do governo de obrigar os trabalhadores a pagar pela crise econômica (e pelas dívidas da guerra). Por isso mesmo, Thiers já tinha tentado dispersá-la, reduzi-la e, em seguida, abolir os salários dos soldados, para, depois, desarmá-la.

Esta nova Guarda Nacional, composta por operários da indústria e artesãos, era dotada de uma estrutura e de organismos próprios. Os operários constituíam, então, uma classe relativamente desenvolvida e com um alto grau de concentração em Paris. E a Guarda Nacional tinha uma configuração que antecipava, de certa forma, os conselhos de operários e de soldados (os “soviets”) que nasceram na Rússia, durante



a primeira revolução, de 1905, e ressurgiram, novamente, em fevereiro de 1917.

DOIS MESES DE GOVERNO OPERÁRIO

A insurreição, a tomada do Palácio do Governo e de Paris, a divisão do exército e sua dissolução como estrutura do domínio capitalista; ou seja, a ruptura revolucionária do Estado burguês, constituem os certificados de nascimento do primeiro governo operário da História. Um governo que, contudo, duraria somente dois meses.

Poucos dias após a tomada do poder, depois da fuga dos parlamentares burgueses para Versalhes, o Comitê Central da Guarda Nacional convocou novas eleições. Não para eleger outro parlamento; mas, sim, uma Comuna (com cerca de noventa membros), que assumiu os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O governo operário tomou, imediatamente, uma série de medidas, como a requisição das fábricas e sua reorganização sob o controle operário, a requisição

das casas vazias e sua concessão aos trabalhadores, a assistência médica gratuita (inclusive com direito ao aborto para as mulheres), a reforma integral do sistema escolar (não mais como instrumento da burguesia) e a expropriação dos bens da Igreja.

Apenas uma parte destas medidas foi efetivamente realizada. Faltou tempo, pois era necessário defender, rapidamente, o novo poder do assalto planejado pelas burguesias francesa e prussiana que, inimigas na guerra recém terminada, redescobriram uma completa unidade, quando chegou a hora de esmagar a revolução operária.

Unidos por este propósito, cercaram Paris com armas e invadiram a cidade para realizar um massacre sem precedentes: mais de cem mil vítimas tomaram em fuzilamentos sumários, julgamentos e perseguições implementados pela burguesia. Em 28 de maio de 1871, as tropas do governo Thiers (reconstituídas com a ajuda de Bismarck) derrubaram a última barricada e retomaram a capital da França.



Barricadas levantadas pelos soldados e operários durante a Comuna de Paris

LIMITES

Erros e contradições da Comuna

Mesmo tendo, imediatamente, definido a insurreição como “o maior acontecimento do movimento operário”, em textos como “A Guerra Civil na França” (escrito em 1871), e trabalhado incessantemente para apoiar o desenvolvimento da luta contra a burguesia, Marx e Engels nunca renunciaram em apontar os erros e limites da Comuna, na tentativa de contribuir com correções decisivas e de difundir seus ensinamentos, inclusive os negativos, para aproveitar as lições daquela derrota e avançar para novas e mais duradouras vitórias.

Aqui, por razões de espaço, indicaremos sumariamente as lições negativas apon-

tadas por Marx e que podem ser resumidas em dois pontos:

❶ **As medidas econômicas efetivamente implementadas pela Comuna foram insuficientes.** Marx refere-se, especialmente, às medidas tomadas por responsabilidade do componente proudhoniano (em referência às ideias do filósofo Pierre-Joseph Proudhon), isto é, anarquistas e reformistas. Em particular, embora teorizando e praticando parcialmente a expropriação da propriedade burguesa dos meios de produção, a Comuna se submeteu ao Banco Nacional e pediu um empréstimo, em vez de tomar o próprio Banco.

❷ **As medidas político-militares foram insuficientes, tardias e confusas.**

Em vez de atacar o governo que tinha fugido para Versalhes – antes que este tivesse tempo para se reorganizar e cercar Paris –, o Comitê Central esperou e demorou, também, para organizar a defesa armada da capital, confiando-a, em vários casos, a oficiais incapazes e se excedendo em generosidade diante dos adversários que se preparavam com armas. Em vez de dar prioridade à extensão da revolução para outras grandes cidades francesas (única forma para romper, de fato, o isolamento político), a Comuna se fechou



A repressão à Comuna foi seguida de milhares de execuções sumárias

em si mesma e o Comitê Central da Guarda Nacional “perdeu tempo” (a expressão é de

Marx), querendo ceder o poder que tinha conquistado para uma estrutura eleita.

LIÇÕES

Comuna ensinou os trabalhadores na prática



Paris após ataques da burguesia da França contra a Comuna

Inclusive com suas contradições, seus limites e erros; em suas intenções subjetivas, expressas num sentido geral, “a Comuna foi o primeiro governo operário da história”, como foi enfatizado por Marx.

Para Marx, a Comuna ensinou, na prática, que os trabalhadores não podem simplesmente “conquistar” o Estado da burguesia e “convertê-lo” aos seus interesses. Esse Estado, suas instituições, seu parlamento (mesmo o mais democrático) e suas Forças Armadas

devem ser “eliminados”. Não se pode fazer uma obra impossível, a de uma “reforma pacífica”. É necessária a ruptura revolucionária; isto é, a insurreição e a guerra civil (cujas duração e o grau de intensidade e de violência não dependem da escolha dos revolucionários, mas do grau de resistência das classes dominantes).

QUEBRAR O ESTADO

O Estado da burguesia, derubado pela revolução, deve ser substituído por um Estado di-

ferente, baseado nos organismos de luta dos trabalhadores: um Estado operário. A ditadura da burguesia (ditadura de uma ínfima minoria sobre a grande maioria) necessita ser substituída por uma ditadura do proletariado (que, na sociedade, constitui a grande maioria). Ou seja, outra economia, centralizada e planejada sobre a base das demandas da maioria, que não pode se basear na falsa e formal democracia burguesa e suas instituições. É necessário outro Estado, outra democracia.

Como escreveu Marx em “A Guerra Civil na França”, os operários da Comuna, com sua heroica tentativa, indicaram, na prática, pela primeira vez na história, “a forma finalmente

guesia e, assim, subordinarem os interesses dos trabalhadores aos interesses burgueses.

COLABORAÇÃO DE CLASSE

Toda a política de traição operada pela socialdemocracia no início do século 20, que levou ao apoio de governos burgueses empenhados no massacre da Primeira Guerra Mundial; toda a política das chamadas “frentes populares”, guiada pelo estalinismo dos anos 1930, que previa o apoio e a participação direta nos governos burgueses; toda a política da socialdemocracia nas décadas seguintes, até a versão (caricatural) representada pelo reformismo “oficialista” contemporâneo; todas as derrotas a que o reformismo conduziu o movimento operário repousam sobre a negação da “forma finalmente encontrada” pelos operários parisienses.

É por isto que não só a burguesia mas também os reformistas, de todas as épocas (e também os anarquistas), fazem de tudo para negar ou, pelo menos, para falsificar, essa página da História. É por isto que essa página da História pertence inteiramente e apenas aos revolucionários.



encontrada” para a dominação proletária. Pela primeira vez, construíram um governo operário porque destruíram, completamente, o governo da burguesia, refutando a política de colaboração de classes que, até então, tinha levado os representantes operários a ocuparem cargos nos governos da bur-

DIREÇÃO

Ausência de um partido revolucionário

Nossa reconstrução da Comuna e de seus ensinamentos, embora necessariamente esquemática, seria inteiramente incompleta se não disséssemos algo sobre a principal causa (na opinião de Marx, Lênin e Trotsky) de sua derrota.

Todos eles concordam em dizer que ela fracassou pela ausência de uma direção, de um partido, coerentemente marxista. Nenhuma revolução na história ocorreu “espontaneamente”. Sempre existem direções e as qualidades dessas direções determinam as possibilidades da vitória da revolução.

De fato, todas as correntes da esquerda da época (neojacobinos, proudhonianos, anarquistas bakuninistas, blanquistas) estavam presentes na Comuna e, embora a maioria dos dirigentes fosse vinculada à As-

sociação Internacional dos Trabalhadores (AIT, a Primeira Internacional), apenas uns poucos eram próximos das posições da maioria da Internacional. Ou seja, das posições de Marx e Engels (“O Capital”, publicado em 1867, eram substancialmente desconhecido na França, inclusive pelos dirigentes “comunards”, como eram chamados os membros da Comuna).

Não faltavam organizações ligadas às diversas correntes do movimento operário. Mas, os poucos marxistas presentes nas várias organizações e, às vezes (raramente), responsáveis por tarefas de direção na Comuna, não dispunham, ainda, de seu próprio partido. Isto explica a razão das oscilações, indecisões, atrasos e dos erros gigantescos na condução da Comuna.

O fracasso da Comuna foi o



principal elemento que levou à crise e, portanto, à decisão de dissolver a Primeira Internacional (baseada em uma “ingênuo unidade de reformistas e revolucionários”, segundo a expressão de Engels), para dar vida a uma Internacional e a partidos “inteiramente marxistas”.

Como Trotsky concluiu décadas depois, foi justamente a presença, na Rússia, de um partido “inteiramente marxista” (o Par-

tido Bolchevique) que permitiu que a Comuna de Petrogrado de 1917 não fosse massacrada como a de Paris. E que, também, permitiu constituir, de forma não efêmera (embora também infelizmente destruída graças à posterior obra do estalinismo), uma efetiva ditadura do proletariado.

Esta é a principal lição deixada por aqueles e aquelas que formaram o primeiro governo operário da história: as revo-

luções futuras também conseguirão se impor e se desenvolver em direção ao socialismo somente se souberem como construir aqueles partidos coerentemente marxistas (isto é, hoje, trotskistas) e uma Internacional coerentemente comunista (isto é, hoje, a Quarta Internacional), que são instrumentos indispensáveis para derrubar o domínio capitalista e vencer.

GREVE MUNDIAL PELO CLIMA

A ciência alerta: o capitalismo está levando ao colapso ambiental



No último dia 19, ocorreu a Greve Mundial pelo Clima. Há mais de um ano, a pandemia assola o planeta e nos oferece uma pequena amostra grátis da catástrofe ambiental provocada pelo capitalismo. Afinal, demonstrou que a devastação dos ambientes naturais permite o escape de vírus da natureza e seu alastramento por um mundo cada vez mais urbanizado e que funciona como um único organismo econômico, com suas redes de fluxo de mercadorias e comunicação interligando todo o globo.

Não pensem, contudo, que essa será nossa última pandemia. Muitas outras virão, talvez ainda mais mortíferas. O aquecimento global, suas consequências nos sistemas ecológicos; a acelerada destruição de florestas tropicais; a exploração em escala inaudita da natureza e a incapacidade do capitalismo em resolver a crise ambiental que o próprio sistema produziu vão conduzir a humanidade a um futuro nada promissor. E, mesmo assim, há quem acredite mais num “fim do mundo apocalíptico” do que na possibilidade de superação do capitalismo, a única forma para, de fato, barrar uma catástrofe real.

OS ALERTAS DA CIÊNCIA

Um vislumbre do que nos espera pode ser visto em inúmeras pesquisas científicas realizadas mundo afora e, também, nos modelos climáticos apresentados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas.

Utilizando um conjunto desses dados científicos, o IPCC demonstrou que a temperatura média da superfície do planeta subiu cerca de um grau Celsius desde o século do final do século 19 (1880), sendo que

a maior parte do aquecimento ocorreu a partir do final da década de 1970.

Este foi o maior e mais rápido aumento da temperatura global em mais de 800 mil anos, segundo amostras de gelo coletadas na Groenlândia. Em 2020, um estudo mostrou que temperatura média dos oceanos subiu 450%, nas últimas seis décadas, o que também aponta que a elevação da temperatura é cada vez mais acelerada.

De acordo com projeções científicas, a superfície da Terra poderá sofrer um aquecimento, somente ao longo do atual século, de algo entre 2,6° e 4,8° Celsius, fazendo com que o nível dos oceanos aumente entre 45 e 82 centímetros; o que seria uma total catástrofe, na medida em que liquidaria as cidades costeiras existentes, modificaria radicalmente o clima, desertificaria a Amazônia e promoveria a maior extinção de organismos vivos em milênios.

Os cientistas do IPCC também alertam que limitar o aquecimento global entre 1,5° e 2° Celsius diminuiria os seus efeitos catastróficos. Mas, para isso, é preciso diminuir as emissões de gases-estufa em 45%, até 2030, e chegar a zero, em torno de 2050. Tal saída seria racional. Mas o capitalismo não é racional. Estamos em 2021 e nem sequer um, apenas um, município em todo o planeta, começou a implementar esse tipo de medida.

UM NOVO MUNDO APOCALÍPTICO

Por isso, é bem provável que o aquecimento do clima, de fato, exceda os 1,5° C, o que resultaria em um futuro apocalíptico para a humanidade. O ciclo da água mudará em todo o planeta, com aumentos na disparidade entre as regiões úmidas e secas, bem como das estações úmidas e secas. Os oceanos continuarão a aquecer e a cobertura de gelo do



Mar Ártico continuará diminuindo. Assim, o nível do mar continuará a se elevar a uma taxa superior às das últimas quatro décadas e o aumento da temperatura dos oceanos também comprometerá a fauna marinha.

Muitas das consequências do aquecimento global já estão aí e podem ser observadas no aumento da frequência e intensidade de fenômenos climáticos. Entre elas, as elevadas ondas de calor mundo afora.

A última década demonstrou que as ondas de calor já estão cada vez mais frequentes e podem ser constatadas no aumento de incêndios florestais em diversas partes do mundo, como no Alasca e Indonésia, em 2015; no Canadá, Califórnia e Espanha, em 2016; no Chile e em Portugal, em 2017; na Austrália e na Sibéria, em 2019; no Pantanal, na Amazônia e, novamente, na Califórnia, em 2020. Na Costa Oeste dos EUA, atualmente, grandes incêndios florestais têm ocorrido quase cinco vezes com mais frequência, em comparação aos anos 1970 e 1980.

O IPCC também discutiu as ondas mortais de calor que se tornarão mais constantes e vão afetar os solos e as águas, inviabilizando o cultivo agrícola em vastas regiões tropicais, além de provocar imensas ondas de refugiados climáticos.

Nesse caso, o Norte e Nordeste do Brasil enfrentariam mais de 300 dias de ondas de calor, potencialmente letais, todos os anos. Isso significa que, nestas regiões, a agricultura e as atividades econômicas seriam impraticáveis e, gradativamente, se tornariam desabitadas.

A SAÍDA É O FIM DO CAPITALISMO

A luta em defesa da água, dos solos e dos sistemas ecológicos precisa ser acompanhada pela estratégia de superar o sistema capitalista e apontar para a construção de uma sociedade socialista, em que a classe trabalhadora tenha poder político e econômico.

O capitalismo cria um modo de vida baseado na maximização do uso de bens e fatores

produtivos, o que repercute na disposição de meios de vida. Cria novos padrões de consumo para que se vendam mais mercadorias. Por isso, mudanças individuais de consumo são insuficientes e não vão alterar o sistema. Mudanças do modo de vida e dos hábitos só são realizáveis quando se alteram totalmente as relações econômicas e sociais.

A luta pelo meio ambiente é uma luta pela superação do capitalismo e pela construção de uma sociedade socialista que ponha fim à exploração irracional e à pilhagem do planeta. Uma sociedade socialista, baseada na propriedade social dos meios de produção, mas que, também, promova uma revolução das forças produtivas, pois, sob o capitalismo, elas se convertem em forças destrutivas.

Uma sociedade socialista que, também, crie novas tecnologias, voltadas para o bem-estar da humanidade e restaure o metabolismo social e uma relação racional com os processos naturais.

MILICIANO

Irmão de Pazuello foi acusado de integrar grupo de extermínio

O irmão e sócio do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, já foi acusado de fazer parte de um grupo de extermínio no Amazonas. Segundo a acusação, Alberto Pazuello participou, nos anos 1990, de “A Firma”, um grupo que atuava em Manaus. Era um esquadrão da morte, com a participação de policiais civis e militares, e que contava com o apoio ou a conivência de autoridades da segurança pública estadual.

“Sexo, drogas e videoteipe. Assim vivia o empresário Alberto Pazuello, 42 anos, em sua resi-

dência, numa área nobre de Manaus, com adolescentes mantidas em cárcere privado. Elas eram atraídas com anúncios em jornais, oferecendo R\$ 350 para copeiras e domésticas”, descreve um artigo publicado no Estadão, no dia 30 de maio de 1996.

Segundo o jornal, no flagrante policial, Alberto estava com duas adolescentes menores de idade. Quando a polícia entrou, a vítima mais velha estava beijando os pés do empresário, conforme o relato da delegada. “Com ele, foram apreendidas uma escopeta, pistola automática, cocaína, em pó em pasta,

maconha, uma filmadora e fitas com cenas de sexo das garotas”

Outra reportagem da Folha de S. Paulo, do dia 4 de junho de 1996, revelou uma testemunha, sua ex-empregada, que ligava Alberto com o grupo de extermínio do Amazonas e afirmou ter visto a execução de duas pessoas na casa do seu ex-patrão. “A Firma” era acusada de manter uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia.

Além disso, os dois irmãos Pazuello são sócios em pelo menos três empresas, duas fundadas e uma adquirida pelo pai deles.



AGROBANDITISMO

Pesquisadora sofre intimidações por estudo com agrotóxicos e sairá do país



A professora de geografia da Universidade de São Paulo Larissa Mies Bombardi resolveu sair do Brasil devido ameaças e intimidações por seus estudos sobre agrotóxicos.

Entre abril e maio de 2019, Larissa publicou o atlas “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”. Nele, a pesquisadora detalha o uso de agrotóxicos em cada região e estado do país, apresenta dados sobre mortes por intoxicação em cada local, destaca quais países europeus importam produtos brasileiros com agrotóxicos e expõe a presença de resíduos agrotóxicos nos alimentos e água potável em comparação com os limites estabelecidos na Europa.

Em 2019, o atlas foi publicado na versão em inglês, despertando o interesse de muitas organizações e políticos europeus, e a maior rede de supermercados orgânicos da Escandinávia passou a boicotar produtos brasileiros, a partir do conhecimento de seu conteúdo. Foi aí que a pesquisadora começou a receber ameaças.

Em carta aos seus colegas no Departamento de Geografia da USP, a pesquisadora relata que, em 2020 e em janeiro de 2021, recebeu novas intimidações após a publicação de artigos sobre a “correspondência espacial entre suinocultura e Covid-19”. Também relata que sua casa sofreu um assalto, em

agosto do ano passado, no qual levaram seu computador. “Era um laptop antigo, de baixíssimo valor, mas que tinha todo o meu banco de dados. Felizmente eu tinha um ‘back-up’ em outro local”, explica.

Na carta, Larissa conta que buscou a ajuda de colegas e da diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, a professora Maria Arminda Arruda, e do reitor da universidade, Vahan Agopyan, que sugeriram que Larissa saísse do país por um tempo.

As ameaças contra Larissa mostram que não há limites para o agrobandidismo que sustenta o atual governo Bolsonaro e precisam ser repudiadas por todos.

CARTOLAS DA MORTE



“Vocês estão fodidos se não tiver futebol”

Impedidos de realizar partidas no estado de São Paulo, em razão das medidas restritivas da pandemia, os cartolas da Federação Paulista de Futebol (FPF) estão promovendo jogos no município de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

O prefeito da cidade disse que aceitou receber as partidas entre Corinthians e Mirassol e o duelo entre Palmeiras e São Bento, no estádio Raulino de Oliveira, após negociações com a FPF, que envolveram a doação de dez respiradores e monitores para a criação de leitos de UTI no município. A informação foi confirmada em nota oficial da prefeitura de Volta Redonda.

A Federação já avisou que não vai suspender as partidas, pois isso implica em perder muito dinheiro com patrocinadores e transmissões pela TV.

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Rogério Caboclo, deixou ainda mais claro os motivos para não suspender o futebol no momento em que 3 mil brasileiros estão morrendo diariamente. Numa conversa com dirigentes de clubes brasileiros, no dia 10 de março, Caboclo disse:

“Então, por gentileza, vamos pensar agora: Nós podemos parar o futebol? A Rede Globo não quer. Ninguém quer (parar o futebol), seus patrocinadores não querem. E, se parar, sabe quando nós temos a segurança de dizer que a gente pode voltar? Nunca. (...) Eu vou mandar no futebol brasileiro e vou determinar que vai ter competição e que vocês estão fodidos se não tiver”.

Na fala, Caboclo assume ser um genocida. Mas, sabemos, não está sozinho.

PARAGUAI

Capitalismo periférico e pandemia

DANIEL SUGASTI,
DE SÃO PAULO (SP)

Desde 5 de março, milhares estão saindo às ruas em Assunção e outras cidades paraguaias, cansados da corrupção e da negligência que o governo do Partido Colorado (nome dado à Associação Nacional Republicana), do presidente Mario Abdo Benítez, deixou evidente diante da pandemia da Covid-19.

A decadência insuportável das condições de vida e o colapso sanitário são de responsabilidade do governo e do parlamento. Por isso, o povo trabalhador se manifesta pela saída de “Marito” do poder, pelo completo rechaço ao magnata mafioso Horacio Cartes (ex-presidente, de 2013 a 2018, e um dos banqueiros e empresários mais ricos do país), e tudo o que é ligado ao funesto Partido Colorado. Em suma, contra “todos eles”.

Partindo de um decidido apoio aos protestos, é preciso ir mais fundo e entender que a corrupção e a “má gestão” diante da dupla crise (sanitária e econômico-social) são produtos inevitáveis da natureza do capitalismo que impeira no Paraguai e no mundo.

Mario Abdo e os demais governos burgueses, neste sentido, cumprem a tarefa de administrar a economia e a política de acordo com a

lei de ferro do capitalismo: a ganância a qualquer custo e o lucro de um punhado de magnatas, construído em cima de uma montanha de mortos, pelo vírus ou pela fome.

Em outras palavras, os gabinetes e os parlamentos não passam de gestores do genocídio que está em curso. E, como se fôssemos gado de suas fazendas, esperam que o vírus se transmita sem maiores obstáculos, até alcançar a “imunidade de rebanho”.

SAÚDE PÚBLICA E PRIVATIZAÇÃO

Segundo dados de 2018, cerca de 73% da população paraguaia não possui nenhum tipo de cobertura médica. No campo, esta cifra atinge 86%. Em meio a esta realidade espantosa, a saúde privada, que cobre cerca de 7% da população, foi crescendo à custa da saúde pública, e não poucas vezes com recursos do próprio Estado.

Entre 2010 e 2019, o Estado paraguaio destinou US\$ 400 milhões para contratar seguros privados, distribuídos entre quatro das principais empresas do ramo, que oferecem serviços a cinquenta instituições estatais.

A negligência e a indolência que os governos demonstram são, na realidade, políticas deliberadas, com a finalidade de manter a saúde pública em condições catas-



No dia 17 os paraguaios incendiaram a sede do partido colorado depois que o Congresso rejeitou o processo de afastamento do presidente Mario Abdo Benítez, e de seu vice, Hugo Velázquez. Eles eram acusados de má gestão da pandemia, que soma 186 mil casos e 3.588 mortes por coronavírus.

tróficas, como forma de justificar a necessidade do setor privado para “prestar um serviço completo e verdadeiramente eficiente”, que o Estado não pode oferecer.

Estas empresas privadas, além de encher seus bolsos com o dinheiro público por meio de licitações fraudulentas, sugam o dinheiro dos pacientes, sobretudo aqueles que precisam de tratamentos mais complexos. Existem centenas de denúncias, não só de negligências médicas em hospitais privados, como também de custos exorbitantes para a assistência médica.

A coisa é muito simples: se o Estado garantisse um sistema de saúde pública, universal, gratuita e de qualidade, a saúde privada perderia sua razão de existir. O problema é que, sob o capitalismo, o direito à saúde é incompatível com a sede de lucro dos empresários.

Esta é a razão profunda do desmonte deliberado do sis-

tema de saúde pública, completamente sobrecarregado, incapaz de fazer frente à demanda descomunal por leitos de terapia intensiva, medicamentos, insumos básicos e profissionais especializados. Isso, sem falar de vacinas.

PRIMEIRO OS LUCROS ... A SAÚDE PODE ESPERAR

Esta realidade, ao mesmo tempo em que expressa a lógica “morram os que tiverem que morrer, mas a economia não pode parar”, é uma excelente oportunidade para que alguns ricos fiquem ainda mais ricos.

O governo Colorado executou apenas 41% dos US\$ 426 milhões destinados (pela Lei de Emergência Sanitária) à saúde pública. Mas, a realidade é que não se sabe no quê gastaram esse dinheiro – tendo em conta o desabastecimento de insumos indispensáveis nos hospitais – nem onde está o resto.

A questão dos medicamentos e insumos é outro caso de



negociação entre setores da classe dominante. O mais ultrajante não se resume às formas “descaradas” de corrupção e à grotesca “fuga de medicamentos” que, na verdade, implica no roubo direto, das farmácias dos hospitais, via redes criminosas que envolvem empresas privadas e altos funcionários estatais. Existe, também, o roubo legalizado pelo mecanismo das licitações fraudulentas nas quais empresas faturam milhões e sequer entregam medicamentos e outros produtos para o enfrentamento da pandemia.

Por exemplo, para a construção de hospitais de contin-



gência, a empresa Implenia recebeu US\$ 1,6 milhões; a Tecnoedil, US\$ 1,2 milhões; e a Jiménez Gaona, US\$ 749 mil. Para abastecer-se de atracurio e midazolam, medicamentos vitais para os pacientes intubados, o Estado contratou empresas como a FUSA S.A., a Vicente Scavone e a Bioethic Pharma, dentre outras. Mas, apesar de já terem recebido seus pagamentos, ainda está pendente a entrega, por parte das empresas, de 50.818 unidades de atracurio e 356.638 de midazolam.

Os casos de Covid-19 aumentaram 66% no último mês e, com razão, as ruas perguntam: “Onde estão os remédios e os hospitais de contingência?” O mais provável é que estejam entre os ativos dessas empresas, porque, nos hospitais, os doentes lotam os corredores.

O dinheiro público é repassado aos mesmos empresários de sempre. A economista Verónica Serafini denunciou, há alguns dias, que 60% dos contratos de compra de medicamentos são monopolizados por seis famílias. A luta pelo controle do Estado é, no capitalismo, a luta para obter mais e melhores negócios.

O LUCRATIVO NEGÓCIO DAS VACINAS

A partir da rebelião popular, a exigência de um plano de vacinação tornou-se mais forte. O Paraguai é o país mais atrasado da região neste aspecto. O governo conta com quatro mil doses da Sputnik V e 20 mil da CoronaVac, doadas pelo Chile. Ou seja, nada diante de uma população de mais de 7,3 milhões de pessoas. Neste ritmo, 70% da população receberão as duas doses somente em setembro de 2023.



Em meio à crise e ao “repentino” interesse do governo em adquirir imunizantes, subitamente apareceram três firmas paraguaias que alegam estar em condições de importar até três milhões de doses da CoronaVac da China. Só um detalhe: se, no mercado internacional, uma dose custa entre 10 e 13 dólares, estas empresas as oferecem

ao Estado a 33 dólares. As empresas são Index SACI, a Lasca e a Quimfa. A primeira, propriedade da família do ex-presidente e do magnata Juan Carlos Wasmosy, é a melhor posicionada.

Os negócios capitalistas com as vacinas se veem favorecidos pela oposição de um punhado de países imperialistas à quebra das patentes internacionais. Na semana passada, ocorreu uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), na qual Índia e África do Sul lideraram uma proposta de suspensão dos direitos de propriedade intelectual sobre as vacinas, medicamentos e insumos hospitalares, ao menos enquanto durar a pandemia.

A União Europeia, os Estados Unidos e outros países ricos, como se esperava, rechaçaram o pedido veementemente. O Brasil foi contrário a um acordo que rompa o monopólio que os países imperialistas e

suas empresas de biotecnologia detêm sobre os imunizantes.

Isto, na prática, implica na impossibilidade de aproveitar a capacidade industrial ociosa – como é o caso no Brasil – para acelerar a produção e distribuição de vacinas em escala necessária para derrotar a pandemia. A permanência das patentes, apoiada de forma escandalosa inclusive por burguesias submissas como a brasileira, só fará aprofundar o genocídio na periferia do capitalismo.

Isto coloca, com mais urgência do que nunca, a tarefa de lutar pelo fim das patentes das vacinas, única forma de deter o assassinato em massa que está em curso em todo o planeta.

A CORRUPÇÃO É INERENTE AO CAPITALISMO

A corrupção é inerente ao capitalismo, um sistema que surgiu e se mantém por meio do roubo e da violência contra os explorados e oprimidos. Do ponto de vista dos ricos e poderosos, a “má gestão” que desatou a ira popular é, na realidade, uma excelente gestão do assassinato massivo que eles promovem para salvar seus negócios.

As mesmas facções burguesas, os mesmos personagens que rasgam as vestes diante da “ineficiência do setor público” e exigem o “enxugamento do Estado”, são as que realizam boa parte de seus negócios por meio de assaltos ao Estado.

Mas, atenção: por se tratar de um país localizado na extrema periferia do sistema capitalista mundial, o Paraguai possui uma classe dominante sempre disposta a acumular mais, empregada no Estado; seja por meios “legais” (privatizações e dívida pública), seja por meios ilegais, isto é, através do assalto direto aos cofres públicos. Por este motivo, quando se trata de direitos e serviços públicos de qualidade, exigem um “Estado mínimo”. Mas, quando se trata de fazer negócios e reprimir as lutas sociais, invocam um “Estado máximo”.

O problema tem a ver com a Associação Nacional Republicana, Marito, Cartes, a corrupção e a má gestão? Sem dúvidas. Todos eles devem ser varridos do poder. Mas, sobretudo, o problema é o sistema que os engendrou. Isto é, o capitalismo periférico, valentão com o povo pobre e submisso aos interesses imperialistas e das burguesias mais poderosas da região. É o capitalismo agroexportador-pecuário-narcotraficante-contrabandista, que administra a provinciana burguesia paraguaia.

Portanto, a queda do governo e o “Fora Todos!” devem ser os primeiros passos para aprofundar e canalizar o presente processo de mobilizações para uma saída revolucionária e socialista, que liquide o núcleo de todos os problemas: o capitalismo.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://PSTU.ML/GWZL8](https://pstu.ml/gwzl8)